COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI nº 2.424 , DE 2011

Altera a redação do art. 538 da Lei 10.406, de 2002 – Código Civil.

Autor: Deputado DAVI ALCOLUMBRE

Relator: Deputado FÁBIO TRAD

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que tem por objetivo modificar o artigo 538 do Código Civil, que define o instituto da doação, com vistas a substituir a palavra “transfere” pela expressão “obriga-se a transferir”.

Sustenta o autor que:

“a doação gera a obrigação de entregar a coisa doada ao donatário. Apesar de estar expresso na lei que a doação “transfere” o patrimônio, não há que se confundir a obrigação gerada pelo ato com a aquisição da propriedade. A doação é uma obrigação, inclui-se no direito obrigacional e é classificada como contrato e não como modo de aquisição do bem.”

A proposição foi distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para análise conclusiva (art. 24, II, RICD) quanto à sua constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, nos termos regimentais.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto encontra-se compreendido na competência privativa da União para legislar sobre Direito Civil, sendo legítima a iniciativa e adequada a elaboração de lei ordinária (artigos 22, XI e 61 da Constituição Federal).

Os pressupostos materiais da Carta Magna se acham igualmente preenchidos.

A técnica legislativa merece alguns reparos para se adaptar aos comandos da Lei Complementar n.º 95/98, que, editada em respeito ao artigo 59, parágrafo único, da Carta Magna, dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

O Projeto não se coaduna com a exigência do artigo 7.º, da LC n.º 95/98, segundo o qual a estruturação da lei compreenderá uma parte preliminar da qual conste a ementa e o objeto da proposição, cabendo incluir um artigo 1.º que trate do alcance da alteração normativa pretendida.

Deve-se ainda, nos termos do artigo 12, inciso III, alínea “d” da Lei Complementar n.º 95/98, identificar o artigo modificado por acréscimo com as letras “NR” maiúsculas, entre parênteses, uma única vez ao seu final.

As análises da juridicidade e do mérito se confundem, devendo, portanto serem realizadas de uma só vez.

O Código Civil define, em seu art. 538, a doação como sendo um contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra. Ressalte-se, portanto, que a doação não deixa de ser uma obrigação, uma vez que todo contrato, por definição, cria, modifica ou extingue obrigações.

Portanto, pode-se presumir de modo absoluto que a doação, por ser uma forma de contrato, representa um vínculo jurídico pelo qual o proponente obriga-se, ainda que tal termo não conste do art. 538 do Código Civil, a transferir parte de seu patrimônio para outrem.

Ademais disso, mostra-se evidente, por intermédio da interpretação do art. 427 combinado com o art. 538, ambos do Código Civil, que a natureza jurídica da doação caracteriza-se pela existência de um vínculo obrigacional:

“Art. 427. A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso.”

“Art. 538. Considera-se doação o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra.”

Logo, diante desse contexto, a reforma não modifica em nada a normatividade do artigo 538 do Código Civil, pelo contrário, torna o seu texto impreciso e tautológico.

Destarte, no que concerne à juridicidade, o projeto se afigura maculado, porquanto a matéria nele vertida não tem o condão de inovar no ordenamento jurídico, pois já existem dispositivos no Código Civil que abarcam o desiderato da proposição ora em debate.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, injuridicidade, má técnica legislativa, e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.424, de 2011.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado FÁBIO TRAD
Relator